

POR QUE BOLSONARO SEDUZ MULTIDÕES?
Lideranças, comportamentos políticos e fragmentação institucional em
período de desmonte do Estado

WHY DOES BOLSONARO SEDUCE CONVERTS?
Leadership, political behavior and institutional fragmentation in the period of
state dismantling

Gilberto Maringoni de Oliveira¹

Resumo

Este artigo busca examinar as razões pelas quais o presidente Jair Bolsonaro consolidou uma faixa de apoiadores ao redor de um terço do eleitorado, mesmo conduzindo uma gestão que se caracteriza pela queda da qualidade de vida da população pobre, descontrole da pandemia de Covid-19, exaltação da violência e incentivo a vários tipos de preconceitos. A pergunta central é: Bolsonaro poderia ser enquadrado como uma liderança populista?

Palavras-chave: Democracia, antipolítica, extrema-direita, populismo.

Abstract

This article try to examine the reasons why President Jair Bolsonaro has consolidated a band of supporters around a third of the electorate, even while conducting na administration that is characterized by the decline in the quality of life of the poor people, lack of control over the Covid-19 pandemic, exaltation of violence and encouragement of various types of prejudice. The central question is: could Bolsonaro be framed as a populist leadership?

Keywords: Democracy, anti-politics, extreme right, populism

¹ Professor associado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). É também doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2006), graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1986) e jornalista. Tem experiência na área de História, com ênfase em América Latina contemporânea, História da imprensa e História do Brasil Império. Tem estudos focados nos temas: relações internacionais, modelos de desenvolvimento e comunicações. É autor e ou organizador de 16 livros, entre eles *A volta do Estado planejador - Neoliberalismo em xeque* (Editora Contracorrente), *A Venezuela que se inventa - poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004), *A revolução venezuelana* (Editora Unesp, 2009), *Angelo Agostini, A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910* (Devir, 2011) - finalista do Prêmio Jabuti 2012, da Câmara Brasileira do Livro, categoria biografia -, *Direitos humanos, imagens do Brasil* (Aori, 2010) e *A imagem e o gesto - Fotobiografia de Carlos Marighella* (finalista do prêmio Jabuti 2000, da Câmara Brasileira do Livro). Foi bolsista do Programa Nacional de Pesquisas Econômicas (PNPE) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2008 e 2011, e editor da revista *Desafios do Desenvolvimento*, da mesma instituição, entre 2011-2012 e 2015-2016. É coordenador do Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC).

INTRODUÇÃO

A pergunta que dá título a este artigo não tem resposta simples. A persistência de um apoio entre 25% e 30% dos brasileiros não parece indicar que estejamos diante de processo episódico, mas de um fenômeno gestado nas últimas décadas, com raízes profundas na história de um país desigual, racista, preconceituoso e com uma classe dominante caudatária de quatro séculos de escravidão.

É importante investigar o que provocou a emergência, a organização e a consolidação de um conservadorismo extremista que se encontrava aparentemente disperso e fragmentado em nosso país. Para isso é necessário estabelecer limites histórico-temporais a partir dos quais uma vertente desse tipo ganhou voz e vez na sociedade brasileira.

O pleito de 2018 representou a segunda oportunidade em que a extrema-direita com tinturas fascistas se lançasse de forma aberta à cata de votos no Brasil. A oportunidade anterior aconteceu nas eleições de 1955. A disputa foi vencida por Juscelino Kubitschek (centro-direita), com 35,68% dos sufrágios. Ele derrotou seus oponentes também de direita, o militar Juarez Távora (30,27%) e o demagogo paulista Adhemar de Barros (25,77%). O líder integralista Plínio Salgado, que galvanizou a extrema-direita, ficou em 4º. lugar, obtendo 8,28% da preferência dos votantes. Nunca mais um representante desse último campo se apresentou de cara limpa e peito aberto ao eleitorado em eleições democráticas, a não ser que levemos em conta o dr. Enéas Carneiro, candidato ultranacionalista nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. No entanto, ele sempre rejeitou qualquer classificação ideológica. Possivelmente essa negativa se deu em função da percepção de que logo após a ditadura militar (1964-85), ser chamado de “direita” era quase um xingamento.

Vale perguntar: como se tornou possível que, depois de quatro vitórias seguidas de candidatos de centro-esquerda, um defensor da ditadura, da tortura, do racismo, da homofobia, da misoginia, do negacionismo da vacina diante do avanço da pandemia de Covid-19¹ e avesso a qualquer avanço democrático se tornasse presidente da República?

O negacionismo em Bolsonaro teve a função de consolidar uma base social extremista através de um discurso que envolve a negação da ciência, da democracia e de relações pacíficas no interior da própria sociedade. Ou seja, uma pregação golpista, com defesa do armamento da população, da eliminação dos diferentes – esquerda, movimentos sociais, comunidade LGBTQI+ etc., além de aberta campanha contra a vacinação da população. Por mais bizarras e ilógicas que

tais formulações sejam, elas não visam apenas convencer seu bloco de sustentação, mas manter um permanente clima de confronto na sociedade, algo essencial para quem se elegeu como defensor da antipolítica e que precisa a todo momento de um inimigo visível para seguir no poder.

O discurso de que a pandemia não passava de uma “gripezinha”, de que a solução se daria através da “imunidade de rebanho”, quando a maioria da população estivesse infectada, e que haveria remédios simples e sem comprovação científica, como cloroquina, para o combate à pandemia entre outros, fazem parte desse arsenal.

Para entender Bolsonaro é preciso voltar no tempo.

LULA LÁ

Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006 com mais de 60% dos votos válidos, em segundo turno. Ao terminar seu segundo mandato, em fins de 2010, sua popularidade alcançava 83% de aprovaçãoⁱⁱ. Muito dessa aceitação deveu-se a um crescimento econômico expressivo, que possibilitou um quadro de virtual pleno emprego no início da década seguinte, programas sociais eficientes, com destaque para o aumento real de 70% no salário-mínimo, a expansão do crédito ao consumidor, além da bem-sucedida experiência do programa Bolsa Família. Em tempos de *boom* das *commodities* (2004-12), foi possível alargar o mercado interno, incluindo milhões de trabalhadores no circuito de consumo.

Como se sabe, a primeira década do século XXI constituiu-se num cenário atípico em termos mundiais. A chegada ao mercado internacional de novos países fortes importadores de produtos primários – China e Índia, em especial –, um aumento significativo da liquidez – e do crédito – internacional combinados com taxas de juros baixas nos países centrais possibilitaram a entrada de grande volume de capital nos países do sul do mundo.

Nesse quadro, o ex-presidente conseguiu a proeza de elevar o padrão de vida dos mais pobres sem tocar em nenhum interesse das classes dominantes. Lula desistiu de usar seu capital político para realizar reformas estruturais no país. Não houve ações de governo que estivessem à altura dos desafios históricos colocados: reforma agrária para democratizar a propriedade da terra, reforma tributária para inverter os custos de sustentação do estado hoje majoritariamente a cargo dos mais pobres, enfrentamento ao rentismo, mudança na legislação de meios de comunicação enfrentando os monopólios privados, e reforma política criando mecanismos de democracia direta e reduzindo peso do dinheiro nos processos eleitorais.

A existência de excedentes externos expressivos ao longo de seu segundo mandato permitiu uma ousada ação estatal durante a crise de 2008. Ali, o governo Lula decidiu elevar os gastos públicos em uma direção contracíclica, mantendo o aumento real do salário-mínimo, expandindo o crédito e incentivando a população a consumir – o que afastou os efeitos mais graves da primeira onda da crise. Na recidiva das turbulências externas (2011), o lulismo – já sob Dilma – hesitou em dar o lógico passo seguinte: aumentar o investimento estatal para superar gargalos ao desenvolvimento. O governo se iniciou sob a diretriz do ajuste e apenas no ano seguinte, e de forma descoordenada, tentou dar curso a medidas contracíclicas, como a redução dos juros sem articulação política prévia, a redução das tarifas de energia e a política de desonerações sem contrapartidas ao capital. Ao mesmo tempo, o investimento público se contraiu.

AS DISPUTAS DE JUNHO

O surto de efervescência popular de junho de 2013 mostrou os limites de uma transição sem mudanças. Revelou-se ali a impaciência de parte da juventude urbana com serviços públicos caros e de má qualidade, notadamente o de transportes, e as insuficiências dos governos petistas em atender demandas populares de maior envergadura.

Com pautas difusas e intensas disputas entre “uma esquerda extra petista em busca de conectar-se com a ‘inquietação’ da nova classe trabalhadora (...) e uma classe média tradicional cansada do ‘populismo’ do PT” (SINGER, 2018, p. 99), a breve, porém intensa vaga de contestação acabou por esboçar o arranjo de forças que assumiria o comando do governo a partir de 2018.

A resposta do governo federal foi muito aquém da necessária. Em reunião ministerial dia 24 de junho de 2013, Dilma apresentou cinco metas de melhorias dos serviços públicos em transportes, saúde, transparência e educação, mas colocava a “responsabilidade fiscal” e controle de gastos como objetivo geral do governo. Ou seja, a continuidade do ajuste iniciado em 2011. Diante da ebulição social, a mandatária olha primeiro para as planilhas. Segundo o Datafolha, 57% dos brasileiros consideravam sua gestão boa ou ótima no início de junho. No final do mês, o índice desabara para 30%ⁱⁱⁱ.

Apesar de acentuada queda de popularidade, a presidente recuperou seus indicadores nos meses seguintes, a ponto de disputar e vencer, por pequena margem (51,64% a 48,36%) sua reeleição contra Aécio Neves (PSDB). Mas a vitória eleitoral logo se transforma em profunda derrota política diante da capitulação do governo à pressão do capital financeiro.

Para garantir a eleição, o PT reforçou aspectos desenvolvimentistas em sua pregação eleitoral – bem-estar, emprego, renda, manutenção de direitos sociais e investimentos públicos – e acusou seu principal adversário de almejar fazer um forte ajuste recessivo, que redundaria em desemprego e queda de qualidade de vida.

Para surpresa de seu eleitorado, Dilma deu um giro de 180 graus e adotou programa muito semelhante ao que acusara seu opositor de pretender implantar. A opção da nova gestão se materializou em forte tarifação em janeiro de 2015, sucessivos aumentos da taxa Selic e um programa de cortes orçamentários que o governo avaliava em R\$ 100 bilhões.

O Partido dos Trabalhadores comete ali o que opositores à esquerda e à direita chamaram de *estelionato eleitoral* e perde suas bases de sustentação entre os trabalhadores organizados. Em dezembro 2014, o desemprego era de 6,5 %, praticamente um indicador de pleno emprego. Em abril de 2016, mês do *impeachment*, segundo o Caged (Ministério do Trabalho), a taxa dobrou, chegando a 11,2 % (IBGE) ^{iv}.

Entre 2015 e 2016, o PIB caiu 7,2%, pior resultado desde 1900 (IBGE, 2019). A sensação de insegurança e descrédito com a política se disseminou pela base da sociedade. O Datafolha aponta que a 42% população avaliava como ótimo/bom o governo, em janeiro de 2015, logo após sua segunda posse. Em abril de 2016, pouco antes do *impeachment*, o índice caíra para 13 %. Ou seja, em 13 meses, a aprovação desceu 29 pontos ^v.

É bem possível que a decepção entre as motivações da escolha do eleitor – algo genérico, como “um país melhor”, prometido em campanha – e a realidade imediata dos primeiros meses de governo tenham levado vastos contingentes da população à uma situação de decepção com disputas políticas como elas são embaladas pelo marketing e promessas não cumpridas.

A votação do impeachment, na qual o governo não logrou obter sequer 171 votos – 1/3 da Câmara dos Deputados – e a pífia reação popular em defesa de um governo que em tese seria também popular expõem os limites do lulismo diante da elevação das demandas sociais. Entre o ajuste fiscal e a mudança social, a escolha é pelo ajuste. O próprio governo decidiu – por razões desconhecidas – não resistir a altura à maré montante golpista ^{vi}.

O PÓS-GOLPE

Consumado o golpe parlamentar de 2016 o governo Temer aprofunda as medidas econômicas recessivas do segundo governo Dilma e acelera o desmonte do Estado, prolongando a crise. O

aumento exponencial do desemprego e a perda de renda mergulham de volta na pobreza setores que nos anos anteriores haviam experimentado algum nível de ascensão social.

A rápida desmoralização do governo golpista, composto pelo rebotalho do sistema político, leva a duas tentativas congressuais de derrubar Michel Temer.

A desmoralização do governo golpista pareceu contaminar todas as alternativas colocadas à direita do espectro político à medida que se aproximavam as eleições de 2018. O PMDB e o PSDB, partidos que nuclearam o golpe não conseguem apresentar candidatos competitivos. Lula, que não fora contaminado totalmente pelo desastre patrocinado pela virada neoliberal de Dilma Rousseff desponta desde o início do ano como favorito ^{vii}. A partir daí, a história é conhecida. O judiciário, em ação concertada com a mídia e o grande capital, retira Lula da disputa e o condena a 9 anos e 6 meses de prisão, num processo totalmente sem provas.

Das lideranças egressas do que era socialmente percebido como o *sistema político*, Lula era o único que preservava base de massa para assumir uma candidatura competitiva. Impedido de concorrer, no início de setembro de 2018, o ex-presidente lançou a postulação de Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo.

A maior proeza de Jair Bolsonaro não foi ter vencido as eleições. Foi ter imposto sua agenda à disputa. Esta se concentrou num prosaico combate à corrupção e em defesa de pautas conservadoras no campo dos costumes.

Há uma pergunta essencial a ser respondida: por que - num país de 14 milhões de desempregados, com uma recessão sem sinais claros de reversão, em processo acelerado de desindustrialização e com serviços públicos rumando para o colapso - a agenda eleitoral se voltou para uma pauta claramente moralista e despolitizada?

A vitória de Bolsonaro é a vitória da antipolítica e da pregação rasa antissistêmica. Em sua campanha, o candidato da extrema-direita encontrou um terreno de desesperança e desencanto, motivado em grande parte pela virada recessiva do governo petista de 2015-16. A essas características, a pregação extremista vale-se do medo, da violência e da disseminação de notícias falsas e do poder de impor sua agenda à sociedade.

EXTREMA-DIREITA OU POPULISTA?

O ex-capitão é muitas vezes caracterizado como um personagem *populista* ou *neopopulista*. Dirigentes desse tipo têm levado analistas – em meios acadêmicos e na mídia - a uma generalização conceitual que prima pela imprecisão. Forças políticas de diferentes matizes são arroladas no

escaninho do *populismo* – em especial no período pós-crise de 2008 -, como se fizessem parte de uma mesma vertente política, ideológica ou mesmo comportamental.

A palavra *populismo* conheceu significados distintos ao longo dos últimos cem anos e tornou-se uma espécie de guarda-chuva conceitual para fenômenos de distintos significados.

Aqui cabe uma pergunta: *populismo* é um conceito? Ou seja, o vocábulo encerra uma concepção, uma noção ou uma ideia clara sobre determinado e específico fenômeno histórico-político? Ou se trata de uma classificação genérica, que mais encobre do que revela seu objeto? Marco Revelli a denomina de *catch all word*, “uma palavra ‘abrangente’, que puxa para si, como se pertencessem à mesma natureza, coisas velhas e novas”. (REVELLI, 2017, p.6)

Haveria pontos de contato real entre dirigentes como Viktor Orbán (Hungria), Rodrigo Duterte (Filipinas), Andrzej Duda (Polônia), Jair Bolsonaro (Brasil), Matteo Salvini (Itália), Donald Trump (EUA) e os partidos/movimentos Syriza (Grécia), Podemos (Espanha), Occupy Wall Street (EUA) ou Cinco Estrelas (Itália)? E entre esses e Lula (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia)? Todos esses líderes ou organizações têm sido classificados pela mídia e por parte da academia como *populistas*.

Existem efetivamente traços comuns em tão largo espectro de representantes do chamado populismo? Quase todos foram eleitos e desfrutaram de altos índices de popularidade em algum ponto de seus mandatos. Teriam também no uso intensivo dos meios de comunicação a forma mais comum para manter um contato direto com a população, algo que ganhou mais impulso após a disseminação dos *smartphones* com conexão para a internet. Todos apresentariam em maior ou menor grau comportamentos autoritários e buscariam unir algum ente abstrato – uma idealização de “Nação” ou “povo” – contra um inimigo comum. Os líderes populistas seriam figuras centralizadoras e personalistas. A lista de atributos é tão longa quanto vaga.

Sobre esse tema, vale a pena uma lembrança de Antonio Gramsci:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2002: 60).

“Homens providenciais ou carismáticos”, ou “soluções de força”. Mais do que um aventureiro ou ditador, Gramsci aponta que a recomposição da institucionalidade pós-crise pode se dar através de uma solução extra-sistema político. Os casos clássicos do populismo

latinoamericano apontam para dirigentes que se colocaram diante da opinião pública aparentemente vindos de fora da institucionalidade vigente.

Não se podem examinar tais manifestações do populismo apenas por seus aspectos exteriores ou suas manifestações fragmentadas. É necessário observar quais as bases objetivas para o seu surgimento.

Benjamin Moffitt, professor da Universidade de Upsalla, assim aborda o tema:

Estamos aparentemente vivendo em tempos populistas. Os efeitos da crise financeira global se arrastam, a crise da dívida soberana na Zona do Euro continua a ameaçar a própria existência da União Européia e, mais amplamente, é alegado que estamos sofrendo uma crise de fé na democracia, com filiação partidária caindo drasticamente e os cidadãos se tornando cada vez mais desiludidos com a política dominante. (MOFFITT, 2016, p. 1, tradução nossa)

Moffitt argumenta que o populismo deve deixar de ser visto como acontecimento regional em favor de um processo global. Interpreta o fenômeno como consequência da evolução do capitalismo contemporâneo, aliada às novas possibilidades abertas pelo progresso nas comunicações.

Na segunda metade dos anos 1960, o sociólogo argentino Gino Germani desenvolveu a hipótese de que o populismo latino-americano seria uma decorrência da modernização acelerada das sociedades a região, com seus processos de industrialização e urbanização tardios. Seria fenômeno distinto daquele observado em países que se industrializaram e se urbanizaram ao longo dos séculos XVIII e XIX, como os da Europa Ocidental. Ali ocorreria a “mobilização gradual de uma proporção crescente da população” do campo para a cidade, e o surgimento de “múltiplos mecanismos de integração”, como “sindicatos, escolas, legislação social, partidos políticos, sufrágio, consumo de massa capazes de absorver esses grupos sucessivos e capazes de lhes dar meios de expressão adequados”. Aqui, a partir da crise de 1929, o fenômeno teria ocorrido “de forma vertiginosa”, com “uma transição repentina da passividade tradicional para a mobilização total” (GERMANI, 1973b: 24-25).

Em outro trabalho, Germani sublinha:

Como uma repercussão das novas condições criadas pela crise mundial de 1929, produziram-se na Argentina dois processos convergentes: por um lado, iniciou-se uma nova e decisiva fase de industrialização; por outro, houve um ímpeto inusitado de urbanização, com a imigração maciça às cidades de grandes massas do interior do país. (GERMANI, Gino, 1973^a, p. 265)

Mais adiante, o autor destaca uma série de fatores, entre estes “as severas limitações no funcionamento da democracia” e “a descrença geral e pessimismo criado por toda essa experiência, unidos à ausência de partidos políticos” capazes de expressar suas demandas deixavam as massas populares urbanas “em disponibilidade”, fazendo com que elas se tornassem um elemento disposto a ser aproveitado por qualquer aventura que lhes oferecesse alguma forma de participação (GERMANI, Gino, 1973^a: 266). Nessa situação pode ocorrer a “identificação da massa com o ‘líder’, o contato direto, pessoal” a indicar “um poderoso vínculo na formação” de uma “pseudoparticipação necessária para o consentimento” (GERMANI, Gino, 1973a: 272).

Embora contestada a partir dos anos 1970, as formulações de Gino Germani e de Torcuato di Tella tiveram imensa repercussão na América Latina e na Europa Ocidental ^{viii}.

O NOVO POPULISMO GLOBAL

Vivemos um novo período histórico. Desregulamentação, privatizações, redução do papel social do Estado e supremacia das pressões do mercado passam a ser as novas regras da economia global. As consequências de um modelo que busca crescentemente se colocar acima das legislações internas a cada país – em especial as que regem as relações de trabalho e comércio – passam a dar o tom, em especial na periferia.

É nessa nova fase que a questão do populismo e das crises de representação ensejadas com a implantação do desmonte social promovido pelo neoliberalismo adquirem nova configuração.

As pressões por desregulamentação do sistema financeiro, que passam por cima de legislações nacionais, por mudanças estruturais nas legislações trabalhistas, para possibilitar a inserção dos países na nova divisão social do trabalho, impactam decisivamente as relações sociais. A fragmentação do mundo do trabalho joga por terra antigas formas de organizações sindicais e políticas. Surgem formulações à esquerda e à direita sobre uma suposta superação da “forma partido”, enquanto os sindicatos de trabalhadores se enfraquecem (FORBES, 2017) e perdem filiados ^{ix}, com o desaparecimento de diversas categorias profissionais e elevação drástica do desemprego, em especial no setor industrial.

Em ambos os períodos – primeira metade do século XX e início do século seguinte -, há um denominador comum: formas de representação anterior entram em colapso e novos canais associativos e de representação ainda não estão constituídos. Há fortes indicações de ser esse o

traço comum definidor e pré-condição para o surgimento do populismo em suas várias configurações.

Pode-se classificar Jair Bolsonaro, eleito em 2018, como um presidente populista, como a mídia tem feito? Houve no país condições históricas de crise de representação e deslegitimação do sistema político que possibilitou a ascensão de uma liderança antissistema?

Embora o processo esteja em curso^x, há fortes indicações de que a institucionalidade baseada na Constituição de 1988, responsável por estabelecer um *presidencialismo de coalizão*^{xi}, entrou em crise e um bipartidarismo informal, entre PT e PSDB, deixou de existir. Agremiações tradicionais – à exceção do PT – tiveram desempenho eleitoral pífio, nas eleições presidenciais de 2018, como já assinalado^{xii}. Uma série de direitos sociais inscritos no texto constitucional está sendo questionada, sem que haja clareza do que entrará em seu lugar.

O primeiro grande sinal de uma possível crise de representação se deu, como já mencionado, em junho de 2013, na onda de mobilizações iniciada com a reação ao reajuste das tarifas de transporte público, em São Paulo.

Se o avanço da globalização neoliberal foi movida pela avassaladora força expansiva do capitalismo, que implodiu projetos isolacionistas, como o socialismo real, e mesmo regimes com certo grau de autarquia, guiados por um Estado forte – como a socialdemocracia europeia ou o nacional-desenvolvimentismo latino-americano –, as demandas por democracia direta, nacionalismo, exclusivismo, oposição ao imigrante e a inviabilidade crescente de projetos nacionais autônomos na periferia e na semiperiferia podem indicar uma crise profunda da democracia liberal. A forma de governo com divisão de poderes, esboçada na Revolução Francesa e universalizada no segundo pós-Guerra, pode estar também vivendo uma crise sem contornos claros de superação. Se o populismo, tal qual classificado neste estudo, representa também um interregno antes do surgimento de novas formas de representação – e de dominação – então o *populismo* atual tem esse nome à falta de classificação melhor tanto na academia quanto da vida política real. Trata-se de um genérico disruptivo, rumo talvez a um *novo normal* de instabilidades e exceções.

A classificação genérica de populista para dirigentes e movimentos autoritários e excludentes no início do século XXI mais oculta do que revela a posição destes no espectro político. Ao se mostrarem – como aludido no início – como incentivadores da desigualdade social, de racismo e de todo tipo de preconceitos e pregando a violência como forma de resolução de problemas sociais, parcela expressiva daquilo rotulado como populista revela-se como claras expressões da extrema direita.

Ao comentar as condições para o surgimento do nazifascismo nas décadas de 1920-30, Eric Hobsbawm sublinha que:

O cimento comum desses movimentos era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um lado, e os crescentes movimentos de trabalhistas, do outro. (HOBSBAWM, 1996: 122)

E, mais adiante, completa:

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado precário, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. (HOBSBAWM, 1996: 130)

Podemos definir algumas características básicas do *modus operandi* do fascismo atual, especialmente em sua versão tropical:

1. O fascismo precisa do medo e da insegurança social para crescer. Antes de oferecer certezas, o fascismo exalta as incertezas sobre o futuro oferecidos pelas variações da democracia liberal;
2. O fascismo se coloca como vertente antipolítica e antissistêmica. Embora tenham proximidade, são fenômenos distintos. A pregação antipolítica exerce um fascínio simplista e infantil sobre a possibilidade da resolução de problemas sociais complexos impulsionados apenas pelo desejo pessoal. A política seria o terreno da trapaça, da sujeira e da desonestidade que precisaria ser superado para que as pessoas de bem vivessem em paz. O pensamento infantilizado é o degrau anterior do pensamento mágico, aquele que nos faz vislumbrar a resolução dos conflitos pelo gesto unilateral de um dos agentes no jogo, pela anulação do outro. O pensamento mágico é a base, assim, da cultura do cancelamento, da pregação religiosa (“Ora que melhora”), que elimina mediações e que acaba por justificar a violência. Assim, o episódio verificado em março de 2022, numa delegacia de Curitiba (PR), em que um pastor “abençoa” uma série de armas colocadas em cima de uma nada tem de antirreligiosa ^{xiii}. Ao contrário: temos ali a combinação do pensamento mágico, da cultura do cancelamento e da violência legitimados por uma solução milagrosa.
3. Já os movimentos antissistêmicos miram na desqualificação de formas existentes de representação – sindicatos, entidades de representação, partidos, instituições e eleições. O líder fascista sempre divide a sociedade entre “nós” e “eles”, entre o “povo” e os “exploradores do povo”. O líder fascista é o arauto da cobrança de uma dívida social impagável em defesa dos ressentimentos populares. É a variante concreta da antipolítica;
4. A base do pensamento e da ação fascista é a violência – uma vez que se elide a mediação política para a superação de diferenças - e a necessidade de sempre se colocar na ofensiva. Isso inclui a disputa para impor uma agenda unilateral das dissensões da sociedade. O fascismo não recua, não negocia e apenas avança, em qualquer situação, mudando suas táticas criando sempre agendas novas sem resolver as antigas.
5. Ao impor sua agenda sobre todas as demais, o fascismo tem de ser profundamente diversionista e subverter a ordem de prioridades da sociedade. O fascismo só subsiste e cresce gerando ambientes de profunda tensão.

Jair Bolsonaro pavimentou a vitória ao vincular sua candidatura ao que seriam os interesses maiores da Nação. Sem propostas claras de governo, bancou uma ousada disputa ideológica. Tocou fundo aspectos afetivos, históricos e identitários da população. Aliás, não apenas ele, mas a extrema-direita brasileira agiu com competência ao exibir uma estética nacionalista, a partir das manifestações de junho de 2013. Diante das bandeiras vermelhas da esquerda, tivemos a ressurreição do *slogan* pré-1964 “Verde e amarelo sem foice e nem martelo”. Nas passeatas que precederam o golpe seguinte, em 2016, houve farto uso do auriverde pendão e de camisetas da CBF, como expressão de um patriotismo em êxtase.

Não é algo superficial. Quem disputa símbolos nacionais – teoricamente unânimes em qualquer país – trava um enfrentamento de envergadura. Em 2013, a apropriação dessas marcas por parte do extremismo conservador visava escancarar a ideia de que o Brasil inteiro estaria contra o governo Dilma Rousseff. Não seria uma facção contra outra, mas a sociedade inteira fazendo carga a um grupo isolado no poder de Estado.

O nacionalismo é um atributo ideológico de grande apelo. No caso de Bolsonaro, há um dilema aparentemente insolúvel na composição de seu governo. A agenda econômico-financeira é fortemente liberal, globalizante e oposta a qualquer defesa real de interesses nacionais. Suas linhas de força envolvem a entrega do pré-Sal às transnacionais, a venda da Petrobrás, a diplomacia alinhada a Donald Trump e privatizações no atacado. Sua política externa vale-se de um extemporâneo palavreado místico e anticomunista em defesa da “civilização judaico-cristã”.

O uso do nacionalismo por parte de Bolsonaro não se deve apenas a um comportamento demagógico, apesar dessa característica ser evidente. Eleito em um quadro de descrédito das instituições representativas e com um discurso fortemente antissistêmico, o ex-militar é caudatário de uma oportunidade histórica especial.

A crise de representação abre espaço para o líder providencial, o salvador da Pátria que se oferece para unir a Nação, defender *nossas* tradições e acabar com supostas ideologias que nos dividem. Há base social para tais pregações, como as pesquisas demonstram.

CONCLUSÃO

Jair Bolsonaro elegeu-se em 2018 com uma tática clara: esconderia os 28 anos em que passou na Câmara como parlamentar do baixo clero. A meta era encarnar um personagem do antissistema e da antipolítica, com fortes doses de emocionalismo e irracionalidade. Votar em

Bolsonaro seria um gesto de protesto e rebeldia contra "tudo isso que está aí". Como candidato, moldou seu eleitorado-raiz, seu núcleo duro, na ausência de uma lógica formal de campanha. Não havia programa claro, mas a indicação de inimigos a serem abatidos, a *esquerda*, o *Foro de São Paulo*, o *kit gay*, o *globalismo*, os *quilombolas*, as *reservas indígenas* e uma série de alvos morais e exalta uma virilidade violenta. Encontrou apoio em gente como o personagem de *O Cobrador*, conto de Rubem Fonseca:

Digo, dentro da minha cabeça, e às vezes para fora, está todo mundo me devendo! Estão me devendo comida, buceta, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes, estão me devendo. Um cego pede esmolas sacudindo uma cuia de alumínio com moedas. Dou um pontapé na cuia dele, o barulhinho das moedas me irrita (FONSECA, 1979: 165).

Tudo irrita quem tem cobranças reais por comida, casa, futuro e nunca é atendido. Tudo irrita quem tem cobranças reais e não vê contexto algum pela frente e encadeamento de causa e efeito.

Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol. Fico na frente da televisão para aumentar o meu ódio (FONSECA, 1979: 167).

O personagem de Fonseca rouba uma Magnum com silenciador para fazer suas cobranças. O bolsominion profundo teve o voto e o ódio para cumprir roteiro semelhante.

"Quero muito pegar um camarada que faz anúncio de uísque", berra o personagem de Fonseca. "Ele está vestidinho, bonitinho, todo sanforizado, abraçado com uma loura reluzente, e joga pedrinhas de gelo num copo e sorri com todos os dentes, os dentes dele são certinhos e são verdadeiros, e eu quero pegar ele com a navalha e cortar os dois lados da bochecha até as orelhas, e aqueles dentes branquinhos vão todos ficar de fora num sorriso de caveira vermelha".

Bolsonaro fala para o Cobrador. Fala para os 15%, 20% ou 30% dos brasileiros que são os cobradores detectados pelas pesquisas de opinião.

Quando satisfaço meu ódio sou possuído por uma sensação de vitória, de euforia que me dá vontade de dançar — dou pequenos uivos, grunhidos, sons inarticulados, mais próximos da música do que da poesia (FONSECA, 1979: 168).

Ao falar para os cobradores, Bolsonaro consolida seu núcleo duro, os chama para a guerra, qualquer que seja ela. Mas não propõe uma nova institucionalidade, apenas a desestabilização e o golpe. Só funciona com a criação de novos focos de tensão. O populismo, por

não ser uma forma de governo, uma ideologia, por nunca ter gerado instituições e por não apresentar um projeto de longo prazo, sempre foi episódico na História. Idem sua variante fascista. É difícil dizer se estamos diante de uma versão farsesca do fascismo, para nos fiarmos na frase de Marx sobre a repetição da História. Vale, no entanto, a pena lermos um pequeno trecho de Eric Hobsbawm sobre o segundo pós-Guerra, em *Era dos extremos*:

o fascismo desapareceu com a crise mundial que lhe permitirá surgir. jamais fora, mesmo em teoria, um programa ou projeto político universal. por outro lado, o antifascismo, por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do iluminismo e da era das revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado (HOBSBAWM, 1996: 176).

A História está em curso. É possível que o fôlego fascio-populista seja curto. Mas suas raízes, como aludido no início, são profundas na vida brasileira.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Rubem. **O cobrador**, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição**, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1973^a.

GERMANI, Gino, “Democracia representativa y clases populares”, in Germani, di Tella, e Ianni, **Populismo y contradicciones de classe en Latinoamérica**, Ediciones Era, S. A., Cidade do México, 1973b.

GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere**, V. III, Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

HOBSBAWM, Eric, **A era dos extremos**, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

IANNI, Octávio, **O colapso do populismo no Brasil**, Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1975.

IBGE, **Estatísticas sociais/ PNAD** continua.

MOFFITT, Benjamin, **The global rise of populism – Performance, political style and representation**, Stanford University Press: Stanford, 2016.

REVELLI, **Populismo 2.0**, 2017 Giulio Einaudi Editor, Turim, 2017.

SINGER, André, **O lulismo em crise**, Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

ⁱ De acordo com o relatório final da CPI da Covid, realizada no Senado em 2021, Bolsonaro “foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa” (*O Globo*, 2021).

ⁱⁱ FOLHA DE S. PAULO, 28.10.2010, “Com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico, mostra Datafolha” (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml?cmpid=menupe> – Consulta em 10.05.2022)

ⁱⁱⁱ DATAFOLHA, “Avaliação Datafolha da presidente Dilma” (<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/118652-avaliacao-datafolha-da-presidente-dilma.shtml>) - Consulta em 10.05.2022

^{iv} IBGE (https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explicar&utm_campaign=desemprego - Consulta em 09.05. 2022)

^v DATAFOLHA (<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>) e Centro de Estudos da Metrópole – FFLCH-USP (<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>), consulta em 09.06.2022

^{vi} Dilma jamais denunciou publicamente as visíveis articulações golpistas. Exemplo claro disso se deu em 22 de abril de 2016, cinco dias após a aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados. Nesse dia, a presidenta foi a Nova York para um pronunciamento na sede da ONU, por ocasião da cerimônia de assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. O jornal *O Globo* noticiou o seguinte: “A presidente recuou da intenção que havia sido anunciada por assessores, de denunciar um golpe e de tratar o processo de impeachment como injusto e antidemocrático, depois que ministros do STF deram declarações públicas e enfatizaram que todo o processo de impeachment foi acompanhado pelo Supremo e que segue a Constituição”. (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/dilma-rousseff-recua-e-nao-fala-em-golpe-durante-discurso-na-onu.html>, consulta em 09.06.2022)

^{vii} *O Globo*, 22.08.2018: “Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%” (<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>, consulta em 08.06.2018)

^{viii} Segundo Angela de Castro Gomes (FERREIRA, 2001:22), o estudo pioneiro sobre o populismo no Brasil é o artigo “O que é o adhemarismo”, publicado em 1954 em *Cadernos do Nosso Tempo*. Embora apócrifo, muito provavelmente a autoria é de Helio Jaguaribe (BOITO, 2018: 124).

Um segundo marco importante é *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort. Lançado em 1978, a obra tornou-se citação recorrente nos estudos que pautam o tema. Trata-se de uma coletânea de artigos, escritos entre 1963 e 1970. Lançado no mesmo período dos artigos de Weffort, *O colapso do populismo no Brasil*, de Octávio Ianni (1967).

^{ix} Dados sobre taxa de sindicalização nos países da OCDE: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TUD>

^x Essas linhas são escritas em dezembro de 2019

^{xi} A expressão “presidencialismo de coalizão” foi cunhada por Sérgio Abranches, em 1988. Ela busca classificar o funcionamento de um regime presidencialista em que o Executivo precisa constantemente manter maiorias num Congresso extremamente fragmentado para poder governar, muitas vezes abrindo mão de seu próprio programa de governo. O presidencialismo de coalizão já foi associado a práticas próprias de um regime parlamentarista. Ver Abranches, Sérgio, “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”, *Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31, 1988

^{xii} Os resultados do primeiro turno presidencial de 2018 foram: Jair Bolsonaro (PSL) 46,03%; Fernando Haddad (PT-PCdoB) 29,28%; Ciro Gomes (PDT) 12,47%; Geraldo Alckmin (PSDB) 4,76%; João Amoedo (Novo) 2,5%; Cabo Daciolo (Patriotas) 1,26%; Henrique Meirelles (MDB) 1,2%; Marina Silva (Rede) 1%; Álvaro Dias (Podemos) 0,8%; Guilherme Boulos (PSOL) 0,58%; Vera Lúcia (PSTU) 0,05%; Eymael (DC) 0,04%; João Goulart Filho (PPL) 0,03%. Fonte: TSE

^{xiii} PODER 360, “Pastor abençoa armas de policiais após culto em Curitiba” (<https://www.poder360.com.br/brasil/pastor-abencao-armas-de-policiais-apos-culto-em-curitiba/>)